

**ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, UM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA”: TERRITORIALIDADES, CONFLITUALIDADES E (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA NA CHAPADA DO APODI/CE**

*“ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, A TERRITORY OF RESISTANCE”: TERRITORIALITIES, CONFLICTS AND PEASANT (RE)PRODUCTION IN CHAPADA DO APODI/CE*

*“ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, TERRITORIO DE RESISTENCIA”: TERRITORIALIDADES, CONFLICTUALITIES Y (RE)PRODUCCIÓN CAMPESINA EN CHAPADA DO APODI/CE*

**RAFAELA LOPES DE SOUSA**

Doutoranda em Geografia na  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
E-mail: [rafaela\\_lps@hotmail.com](mailto:rafaela_lps@hotmail.com)

**CAMILA DUTRA DOS SANTOS**

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> na Universidade Estadual do  
Ceará (UECE)  
E-mail: [camila.dutra@uece.br](mailto:camila.dutra@uece.br)

**Resumo:**

Na Chapada do Apodi, a partir da teia de conflitualidades que emergiram após a territorialização do agronegócio, surgiram diversas formas de resistências camponesas e, neste artigo, destaca-se o Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte/CE. O objetivo deste artigo é analisar as territorialidades, a (re)produção camponesa e as resistências em contexto de conflitualidades no Acampamento Zé Maria do Tomé. Baseamo-nos nas metodologias da pesquisa social, pesquisa participante e observação participante. Procedimentos metodológicos: 1) levantamento e leitura de material bibliográfico; 2) levantamento do referencial teórico; 3) construção de um banco de dados; 4) trabalhos de campo no território; 5) entrevistas semiabertas; 6) utilização de materiais audiovisuais; 7) realização de oficinas no Acampamento; 8) construção de mapas mentais; 9) elaboração de mapas através do Sistema de Informações Geográficas (SIG). Pode-se perceber, com esta pesquisa, que neste território há luta pela terra, materializada nas resistências dos(as) acampados(as) e dos movimentos sociais.

**Palavras-Chave:** Agronegócio, luta pela terra, movimentos sociais, resistência.

Terra Livre	São Paulo	ISSN: 2674-8355	Jul.-Dez./2022	37, v. 2, n.59	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	-----------------	----------------	----------------	-----------------

**Abstract:**

In Chapada do Apodi, from conflicts that emerged after the territorialization of agribusiness, various forms of peasant resistance were reflected in the territories and in this article, stands out the Acampamento Zé Maria do Tomé, in Limoeiro do Norte/CE. The objective of this article is to analyze territorialities, peasant (re)production and resistance in the context of conflicts in the Acampamento Zé Maria do Tomé. We are based on the methodologies of social research, participant research and participant observation. Methodological procedures: 1) survey and reading of bibliographic material; 2) lifting of theoretical basis; 3) construction of a database; 4) field work in the territory; 5) semi-open interviews; 6) use of audiovisual materials; 7) workshops at the Acampamento; 8) construction of mental maps; 9) preparation of maps through the Geographic Information System (GIS). It can be seen, with this research, that in this territory there is a struggle for land, materialized in the resistance of the campers and social movements.

**Keywords:** Agribusiness, fight for land, social movements, resistance.

**Resumen:**

En la Chapada do Apodi, a partir de la red de conflictos surgidos tras la territorialización del agronegocio, han surgido varias formas de resistencia campesina en los territorios y em este artículo se destaca el Acampamento Zé Maria do Tomé, en Limoeiro do Norte/CE. El objetivo de este artículo es analizar las territorialidades, la (re)producción campesina y la resistencia en el contexto de los conflictos en el Acampamento Zé Maria do Tomé. Nos basamos en metodologías de investigación social; investigación participante e observación participante. Procedimientos metodológicos: 1) levantamiento y lectura de material bibliográfico; 2) levantamiento de la base teórica; 3) construcción de una base de datos; 4) trabajo de campo en el territorio; 5) entrevistas semiabiertas; 6) uso de materiales audiovisuales; 7) taller en el Acampamento; 8) construcción de mapas mentales; 9) elaboración de mapas a través del Sistema de Información Geográfica (SIG). Se puede perceber, con esta investigación, que en este territorio existe lucha por la tierra, materializada en la resistencia de los campistas y movimientos sociales.

**Palabras clave:** Agroindustria, lucha por la tierra, movimientos sociales, resistencia.

## Introdução

Diante do atual modelo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico no espaço agrário brasileiro, observamos a incorporação de processos produtivos, cada vez mais, baseados na “agricultura científica” (SANTOS, 2000), oferecendo, portanto, novas possibilidades para a acumulação ampliada de capital.

A partir da década de 1990, nota-se um intenso ritmo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, bem como em toda América Latina, baseado no modelo produtivo do agronegócio, responsável por ocasionar impactos territoriais e socioambientais, nos mais diversos lugares e em distintas escalas. Este modelo produtivo está em ampla disseminação nos territórios do país, agravando as questões agrárias e trazendo novos usos dos territórios (CAVALCANTE, 2019).

No Nordeste brasileiro, configurou-se um quadro de políticas públicas subsidiadas pelo Estado, materializadas, especialmente, na década de 1960, a partir das políticas de irrigação. Sobre essa questão, Pontes (2013) afirma que:

A irrigação pública implantada pelo Governo Federal em todo o Nordeste tinha, principalmente, os seguintes objetivos: introduzir um novo modelo de produção agrário/agrícola nessa região, via modernização da agricultura e incentivo a culturas agrícolas de maior rentabilidade, com destaque para a fruticultura irrigada; e minimizar os conflitos agrários e desviar o debate da reforma agrária para os projetos de colonização, por meio da seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos (PONTES *et al*, 2013, p. 3215).

Estas políticas que, inicialmente, seriam destinadas à agricultura de pequeno porte, na prática, objetivaram inserir a região no circuito produtivo globalizante. Assim, após a década de

1990, diante da implantação de perímetros públicos irrigados, os interesses produtivos voltaram-se para o mercado externo e, conseqüentemente, grandes áreas destes perímetros foram destinadas aos empresários do ramo do agronegócio. No estado do Ceará, parte dos perímetros públicos irrigados foi proposta, inicialmente, a pequenos produtores. Porém, posteriormente, com o avanço do agronegócio, tais estruturas públicas passaram a ser destinadas às áreas de fruticultura irrigada com a produção de *commodities*<sup>1</sup> para a exportação, seja *in natura* ou perpassando por algum tipo de transformação industrial.

Nesse sentido, a criação de novos espaços e territórios para a ampliação do agronegócio favoreceu a instalação de grandes empresas trazendo, portanto, uma multiplicação dos espaços de produção e das trocas agrícolas globalizadas. Isto ocasionou diversas metamorfoses no espaço cearense, trazidas pela globalização e pela territorialização de empresas (multinacionais), fomentando a reprodução do grande capital, mediante a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi e região.

A Chapada do Apodi<sup>2</sup> está localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, faz parte da microrregião do Baixo Jaguaribe que, segundo o IBGE, engloba 14 municípios cearenses: Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana.

---

<sup>1</sup>As *commodities* são bens ou matérias-primas de origem primária que são comercializados. Tais produtos trazem forte influência para a economia de mercado.

<sup>2</sup>Segundo Souza (1988, p. 84), a Chapada do Apodi abrange a porção norte-oriental do Ceará. Apresenta superfície até um nível aproximado de 250m. O predomínio de solo neste território é de cambissolos, que evidencia os usos na agricultura.

No período de 1980, a Chapada do Apodi viu-se diante da construção de um dos perímetros públicos irrigados que seriam construídos no estado do Ceará, denominado de Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) <sup>3</sup>, localizado entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, que garantiria o desenvolvimento de atividades agrícolas (ROCHA, 2013).

Para tanto, foram criados sistemas de engenharia (SANTOS, 2008), pelo próprio governo, refletindo interesses do capital globalizado que cerca o cenário cearense de produção agrícola de monoculturas em larga escala. Assim, a Chapada do Apodi tornou-se uma área de crescente expansão da fronteira agrícola destinada à produção do agronegócio, onde foram implantadas diversas empresas nacionais, multinacionais e mesmo de médio porte (muitas destas, locais).

A expansão do agronegócio nesta área tem resultado, dentre outros processos, em um acirramento dos problemas relacionados à questão agrária cearense, historicamente marcada pela concentração fundiária por meio da expulsão massiva dos(as) camponeses(as) do campo. Formou-se um quadro de desigualdades, expropriações, desterritorialização, conflitos e conflitualidades no campo (FERNANDES, 2004; 2013), principalmente de cunho econômico, social, ambiental e cultural.

Perante essa teia de conflitualidades<sup>4</sup>, emergidas na Chapada do Apodi, surgiram diversas formas de resistências nos

---

<sup>3</sup> A partir de então, no artigo, vamos nos referir ao Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi somente pela sigla “PIJA”.

<sup>4</sup> Fernandes (2004, p. 05) conceitua conflitualidade como: “O processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos”.

territórios invadidos pelas empresas do agronegócio. Trazemos destaque para um território de resistência, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na área do PIJA, denominado de “Acampamento Zé Maria do Tomé”, localizado no município de Limoeiro do Norte/CE. Este território foi o recorte espacial que estudamos por ocasião da nossa pesquisa de mestrado (2018 – 2020).

Os aprendizados adquiridos nos territórios da Chapada do Apodi, aliado à nossa aproximação com os movimentos sociais que se manifestam na região e, conseqüentemente, com os(as) camponeses(as) do Acampamento Zé Maria do Tomé, derivou a nossa motivação de estudo na graduação e pós-graduação. Estudos que foram construídos a partir das experiências de campo e em diálogo com os(as) acampados(as) e suas realidades. O objetivo geral deste artigo<sup>5</sup> consiste, portanto, em analisar as territorialidades, a (re)produção camponesa e as resistências em contexto de conflitualidades no Acampamento Zé Maria do Tomé, apresentando os resultados oriundos da nossa pesquisa de mestrado já finalizada.

### **A trajetória metodológica para a compreensão das transformações socioespaciais**

Entendemos que a metodologia, a ser empregada na investigação científica, é um dos momentos mais importantes, e que

---

<sup>5</sup> Este artigo é resultado do projeto de dissertação de mestrado “Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na chapada do Apodi/Ce”, concluído e financiado por bolsa de estudos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

o cuidado ao se pensar a forma como se vai pesquisar deve ser criticamente elaborado. Nosso processo metodológico derivou de uma série de discussões, as quais nos levaram a pensar a ciência e o entendimento do paradigma científico da pós-modernidade. Além disso, coube-nos refletir sobre como esse paradigma se destaca para a atuação da universidade junto aos grupos e comunidades tradicionais, compondo um compromisso social, ideológico, acadêmico e político.

A partir da necessidade da ruptura com os ideais hegemônicos instaurados na academia, faz-se necessária discutir sobre o que é a ciência e a que/quem ela deve servir. No livro “Um Discurso Sobre as Ciências”, de autoria de Boaventura de Sousa Santos (2018), o autor nos remete às discussões sobre a ciência, levando-nos a entender as críticas profundas remetidas à ciência dominante (físico-naturais), inclusive à própria ciência social, que em muitos vieses, é refém de uma epistemologia positivista. Diante deste quadro, emerge uma crise do paradigma dominante das ciências e cria-se, portanto, a necessidade de uma “nova ciência” que tenha como foco de seus estudos o cotidiano e as vivências da sociedade.

Os movimentos emergentes que surgem na academia no século XX, trouxeram uma profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento (SANTOS, 2018) e uma epistemologia pautada em uma Ciência Pós-Moderna (SANTOS, 2018) ou uma Ciência Pós-Normal (FUNTOWICZ; RAVERT, 1997), como estratégia de resolução de problemas complexos da sociedade, inviáveis de serem respondidos dentro de um paradigma positivista.

Trata-se também de buscar teorias e metodologias de cunho decolonial, termo este utilizado em estudos realizados por Quijano (2007), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Santos e Meneses (2010), Rigotto, Aguiar e Ribeiro (2018), cujas ideias nos auxiliam pensar desde uma epistemologia para os estudos agrários. Por pretendermos que esta pesquisa se baseasse nos pressupostos sociais, foi necessário problematizar o processo histórico-desigual-segregacionista atrelado à colonização dos lugares, principalmente por parte dos países da Europa e da América do Norte, e que também afeta o território de resistência que estudamos.

Tomar consciência da perversidade acometida pela colonização na América Latina, nos fez refletir sobre os caminhos que nossa pesquisa deveria tomar. Trata-se de linhas de fuga para o exercício da “desobediência epistêmica” (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018). Desta maneira, para o desenvolvimento de nossa pesquisa, “inspirando-nos em postulados epistemológicos das teorias críticas e descoloniais.” (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 357).

Portanto, para pensar a ciência, a pesquisa, o(a) pesquisador(a), os sujeitos sociais e a complexidade que está sendo analisada, é de grande importância que consideremos os estudos decoloniais e as “Epistemologias do Sul”, os quais têm se desdobrado em perspectivas pluriépistêmicas, acolhendo, portanto, os saberes que vão para além dos científicos (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018).

Desse modo, pensar a partir deste viés, resgatando um princípio de “diálogo de saberes” (RIGOTTO, AGUIAR e RIBEIRO, 2018), levando em consideração conceitos e práxis populares e acadêmicas, nos levou a outro desafio: as divergências dentro do



campo do saber. A academia possui eixos que se deparam com uma ciência de cunho ortodoxo, pragmático e objetivo, sendo que a sociedade é, também, complexa e subjetiva. Dar conta desses processos complexos e subjetivos imbricados na sociedade, requer, portanto, mudanças de paradigmas teórico-metodológicos, de modo a pensarmos a sociedade, bem como os conflitos advindos da modernidade.

Desta maneira, escolhemos abordar os fundamentos da pesquisa participante, com base em Brandão e Streck (2006), que pensaram essa metodologia *a priori*, a qual foi-se difundindo no campo científico, sendo também utilizada por outros(as) autores(as) de diversas áreas do conhecimento. A pesquisa participante também teve sua base a partir de autores como Orlando Fals Borda e Brandão também (1987) e Paulo Freire (1986), que hoje integram um rol de referências básicas de metodologias participativas de pesquisa (BRANDÃO e STRECK, 2006).

Brandão e Borges (2007) nos dão uma base de como deve ser pensada a pesquisa participante, destacando que o ponto de partida deve ser a realidade social concreta, tomando as totalidades da estrutura e das dinâmicas como base fundamental. O(a) pesquisador(a) deve ter, portanto, uma preocupação com os processos históricos da sociedade estudada, as relações entre pesquisador(a) e grupos sociais, a união entre teoria e práxis, a participação dos sujeitos sociais na pesquisa, o diálogo de saberes, uma postura política, ética, comprometida e contra hegemônica, dentre outros.

Deste modo, compreendemos que o diálogo de saberes, como já citado, envolve a criação do saber, o qual dialoga entre os

mais variados campos do conhecimento aliado, sobretudo, com o entendimento da realidade que está sendo observada. Tudo isso nos leva a pensar que os processos dialógicos de saberes, aliados à uma ciência emancipatória, se revelam enquanto práticas epistêmicas que envolvem os territórios, promovendo transformações no âmbito acadêmico, com pesquisas de ordem militante. Dentro dessa inquietação científica, nossa pesquisa esteve baseada nas metodologias da pesquisa social, pesquisa participante e observação participante que, de maneira complementar, nos auxiliaram a compreender as realidades da nossa área de estudo — o Acampamento Zé Maria do Tomé.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, lançamos mão de: 1) levantamento e leitura de material bibliográfico; 2) levantamento do referencial teórico; 3) construção de um banco de dados; 4) trabalhos de campo no território; 5) entrevistas semiabertas; 6) utilização de materiais audiovisuais; 7) realização de oficinas no Acampamento; 8) construção de mapas mentais; 9) elaboração de mapas através do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Destes procedimentos, destacamos especialmente quatro para explicar melhor. Com o levantamento bibliográfico, realizado na internet e em bibliotecas físicas (principalmente da Universidade Estadual do Ceará – UECE e da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM), tivemos acesso à livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias, periódicos científicos, além de documentos governamentais.

Na construção do banco de dados, reunimos e tratamos as informações e dados concedidos por: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Movimento dos(as) Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), e Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). Esses dados foram sistematizados em gráficos, quadros, tabelas, organogramas, mapas etc.

Sublinhamos ainda a relevância do trabalho de campo para esta pesquisa, pois trouxe as dinâmicas presentes na realidade empírica do acampamento Zé Maria do Tomé. Os trabalhos de campo, ocorreram de maneira dialógica, baseado nos métodos da pesquisa social (MINAYO; DESLANDES, 2016) e da observação participante (PROENÇA, 2008) (MINAYO; DESLANDES, 2016). Foram aplicadas entrevistas abertas/semiestruturadas junto a camponeses(as) do Acampamento, lideranças comunitárias, militantes do MST e de outros movimentos sociais da região. Em campo, utilizamos diário de campo e materiais audiovisuais, como fotografias, gravação de áudio e de vídeo.

Nos trabalhos de campo, também realizamos oficinas com as mulheres que compõe o “Grupo de Mulheres Mãos que Criam”, entre elas a oficina “Tecendo caminhos e saberes: as práticas femininas e seus protagonismos na (re) produção das resistências no acampamento Zé Maria do Tomé/CE”. As oficinas nos permitiram uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa, principalmente com as mulheres, que tiveram papel fundamental

no desenvolvimento do estudo. Além disso, a oficina tornou-se uma ferramenta importante para caracterizar problemáticas sofridas por determinados grupos sociais.

Na oficina, as camponesas construíram mapas mentais, com os quais foi possível visualizar os lugares em que elas constroem sua autonomia, a partir do seu próprio trabalho, e como produzem conhecimento nesses lugares, bens agrícolas e bens culturais no Acampamento Zé Maria do Tomé.

Consideramos, que o caráter coletivo da pesquisa, as entrevistas, os encontros com os sujeitos do território, as oficinas, enfim, a relação dialógica entre pesquisadores(as) e comunidades tradicionais (através das práticas do diálogo de saberes), foi fundamental para atingir os objetivos da pesquisa, e refletiu qualitativamente nos resultados que se encontram ao longo desse texto.

**“A Chapada é nossa, a Chapada é do povo, e é só lutando que será nossa de novo”<sup>6</sup>: a construção de um novo território – o Acampamento Zé Maria do Tomé**

É necessária a compreensão da ascensão das resistências territoriais, a partir dos movimentos sociais e de diversas entidades, que se fizeram presentes diante das estratégias de desterritorialização, empreendidas pelo Estado e pelo agronegócio, na Chapada do Apodi. Para isto, é necessário o entendimento do território, este sendo o principal conceito abordado nesta pesquisa. Para Saquet (2017), o território:

---

<sup>6</sup> Cântico entoado por camponeses, lideranças comunitárias e movimentos sociais da Chapada do Apodi, em atos e manifestações políticas e culturais. Autoria desconhecida.

Corresponde a um objeto de valorização por diversas formas de ação coletiva ancoradas geograficamente. Na lógica camponesa, conforme Sabourin (2009), há um vínculo com a terra e com o patrimônio familiar, relações de reciprocidade entre pessoas e certa autonomia perante o mercado capitalista ou, como afirma Dansero (2012), há estreitas relações ecológicas e culturais com o território ou, ainda, enraizamento, fazendo-se parte da comunidade (SAQUET, 2017, p. 28).

Nesse sentido, observamos que no território existe uma série de movimentos que circunscrevem as dinâmicas dos sujeitos sociais locais, interagindo, assim, diante das relações de poder, símbolos, signos, territorialidades entre as pessoas e entre estas e sua natureza exterior (SAQUET, 2017).

Busca-se, portanto, levar em consideração, a totalidade do território a partir do espaço, com todas as suas dimensões. Neste sentido, Santos (2000) afirma que:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2000, p. 104).

Dentro do que estamos considerando *território* existem alguns processos que devem ser levados em consideração na investigação, como por exemplo, a questão da territorialidade. Territorialidade define-se como formas específicas de apropriação de um determinado espaço ou “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o em seu território” (LITTLE, 2002, p.2).

Para Saquet (2017), “as territorialidades são o elemento constituinte do território, são múltiplas e envolvem os atores

públicos, privados, comunicativos, a identidade, as heranças históricas, poderes e conflitos” (SAQUET, 2017, p. 34), que são exatamente os processos que poderemos observar no território da Chapada do Apodi, a partir das tramas que envolvem conflitos e conflitualidades, atores, sujeitos sociais, dentre outros.

A Chapada do Apodi é um dos espaços cearenses que mais tem recebido incentivos fiscais e investimentos do Estado, através de políticas públicas que visam sua integração na economia. Com as políticas agrícolas, implementadas a partir da década de 1970, a agricultura local, até então baseada na agricultura familiar camponesa, passou a se desenvolver em escala comercial, tornando-se uma força motriz na organização da economia do território, o que incentivou a ampliação de áreas irrigadas públicas e privadas.

A ampliação dessas áreas irrigadas deu-se através da construção de perímetros irrigados: o Perímetro Irrigado Morada Nova (1968), o Perímetro Irrigado Jaguaruana (1975), o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1987) e o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (1992). Como vimos, na implementação dos perímetros públicos irrigados e no curso do seu programa observou-se uma série de conflitualidades por terra e água, que se intensificaram a partir de alguns fatores, tais como: os processos de desterritorialização para a construção das infraestruturas; a seleção de agricultores para a distribuição de lotes; e a exclusão de camponeses e de organizações do campo, revelando-se por políticas voltadas ao setor empresarial para expansão do agronegócio.

O PIJA tornou-se foco para investimentos públicos e privados, por conta do relevo, solo e disponibilidade hídrica (ADECE, 2011), além da disponibilidade de mão de obra. A

Chapada do Apodi, onde o PIJA foi instalado, tornou-se, por conseguinte, uma área alvo dos incentivos de (des)envolvimento por parte do Estado, que criou uma série de subsídios para a expansão dos novos espaços destinados a atender aos empresários do ramo do agronegócio (BEZERRA, 2012). Nesse processo, os lugares receberam os incentivos para a reprodução do capital e ganharam novas formas, adquiridas a partir do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2000, 2008, 2014).

Para a instalação do PIJA, iniciada em 1987<sup>7</sup>, foi necessária a desapropriação de 13.229,20 ha (ADECE, 2011). Com a instalação do PIJA ocorreu a dinamização da atividade agrícola aos moldes capitalistas de produção, acarretando impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da concentração da propriedade da terra. Contudo, identificamos que além da difusão do setor do agronegócio, existem territórios da agricultura camponesa que resistiram, e resistem, desde antes do processo de colonização daquelas terras.

Muitos destes territórios foram desterritorializados a partir da implantação dos sistemas de engenharia – rodovias com acesso ao perímetro, aeroportos com pista de pouso, além dos canais de irrigação (ROCHA, 2013), que trouxeram benefícios à fixação das empresas do agronegócio na Chapada do Apodi. De acordo com entrevistas, realizadas em trabalhos de campo em dezembro de 2018, citamos como exemplos de comunidades que foram expropriadas na Chapada do Apodi: Km 69, Km 70, Baixa Vermelha, Ipu, Maracajás e uma parte do distrito de Tomé. Dessas

---

<sup>7</sup> A implantação do perímetro irrigado, e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum começaram em 1989 (ADECE, 2011)

comunidades, a que mais sofreu impactos de desterritorialização foi a Km 69, que teve os(as) camponeses(as) expulsos(as) a partir da chegada das grandes empresas do ramo do agronegócio. A comunidade possuía um total de 70 famílias (FREITAS, 2010). Mesmo ocorrendo os processos de expropriação, os(as) agricultores(as) iniciaram uma tentativa de reapropriação do espaço agrícola e boa parte permaneceu por um tempo (FREITAS, 2010), mesmo diante das conflitualidades, no entanto não conseguiram conviver com a pulverização do veneno e assédio das empresas.

Além da desterritorialização, ressalta-se a apropriação e conflitos de terras, também destacado por Freitas (2010), motivado principalmente por empresas de médio e de grande porte. Após o levantamento de dados realizados pelo DNOCS (2009), órgão gestor do PIJA, constatou-se que a área pertencente ao órgão possui um total de 10.284,26 há, mas que 4.033,4 ha do projeto se encontra, irregularmente, com os agentes de empresas nacionais, transnacionais e médios proprietários da própria região (RIGOTTO; FREITAS, 2012). Observamos, conseqüentemente, que esse modelo de desenvolvimento agrícola trouxe significativos conflitos por terra e impactos socioambientais, principalmente, decorrentes da utilização de agrotóxicos e de outros insumos químicos na produção da fruticultura irrigada (MARINHO, 2010).

Assim sendo, o território da Chapada do Apodi passa por intensas modificações estruturais, sociais e culturais, vinculadas desde a chegada de colonos até a instalação de grandes empreendimentos, as quais viabilizam a produção agrícola em larga escala, a manutenção de monoculturas, além do incentivo à



utilização de produtos químicos nas lavouras, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, etc. Em resposta a esta vulnerabilização, a qual os camponeses e camponesas estão expostos(as) na Chapada do Apodi, frente à expansão do agronegócio, emergem as lutas para permanência no território, apesar de um contexto de hegemonia capitalista.

A resistência contra o modelo de agricultura convencional, que emergiu na Chapada do Apodi, começou com o camponês Zé Maria do Tomé, morador da comunidade Tomé (Quixeré-Ce). Esta liderança denunciou o uso indiscriminado de agrotóxicos; o não cumprimento da Lei nº 1.278/2009 (proibição da pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte); as grilagens de terras públicas no PIJA; e a expulsão de agricultores (BRASIL DE FATO, 2022). No dia 21 de abril de 2010, Zé Maria do Tomé foi assassinado com 20 tiros de revólver no Sítio Tomé, em Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi (BRASIL DE FATO, 2022)<sup>8</sup>.

Os indícios, apontados pelas organizações sociais e pelas evidências coletadas no inquérito policial, apontam que a morte se deu a partir de homicídio (através da pistolagem), a mando de um empresário agrícola da região, como tentativa de licenciar as denúncias feitas por Zé Maria do Tomé (BRASIL DE FATO, 2022). Até então, passados 13 anos, o julgamento do caso do assassinato de Zé Maria do Tomé continua adiado por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

Os problemas na Chapada do Apodi, que motivaram a luta de Zé Maria do Tomé, se intensificaram e impulsionaram ações de

---

<sup>8</sup> A matéria na íntegra sobre este acontecimento pode ser encontrada em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/04/apos-12-anos-ultimo-reu-acusado-pelo-assassinato-de-ze-maria-do-tome-vai-a-juri-popular>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

entidades organizacionais, nos últimos anos, inclusive por motivos de casos de morte de trabalhadores(as) rurais contaminados por agrotóxicos e conflitos relacionados à questão do uso da terra e da água. A mobilização dos movimentos sociais, diante das atrocidades cometidas pelas empresas do agronegócio e pelo próprio Estado, tornou-se mais urgente na região.

Em resposta aos processos de apropriação (de terras, de culturas e de saberes), da exploração dos(as) camponeses(as), e das violências), instaurados pelo modelo de produção do agronegócio, as forças das lutas populares (em defesa da vida, do ambiente e do direito à terra) tem se intensificado, principalmente, a partir das resistências de sujeitos e de instituições que, constantemente, lutam pela emancipação dos povos e comunidades tradicionais.

É possível verificar, entre os(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi, diversas formas de resistências que se constituem a partir de ações locais e laços comunitários/coletivos. Nesse contexto, é que se compreende a territorialidade dos camponeses e as resistências que são localmente construídas. A partir disto, a ação dos(as) camponeses(as) se amplia através dos movimentos sociais. O território da Chapada se constitui como base na ação das resistências organizadas. Assim, na contramão do modelo neoextrativista, presente nos moldes capitalistas de produção, vemos a articulação de diversas entidades sociais que buscam a libertação.

Frente à hegemonia do capital, constituem-se as resistências das comunidades, com propostas trazidas pelos conhecimentos da agricultura camponesa, a qual enfrenta vários desafios em todo o mundo (SOSA, 2013). As lutas contra os

impactos do agronegócio fazem parte da construção de um processo de mudança e de quebra dos paradigmas do capitalismo, sendo a retomada da terra um passo de grande relevância, pois é no processo de ocupação que se dá o estabelecimento de um acampamento, como veremos.

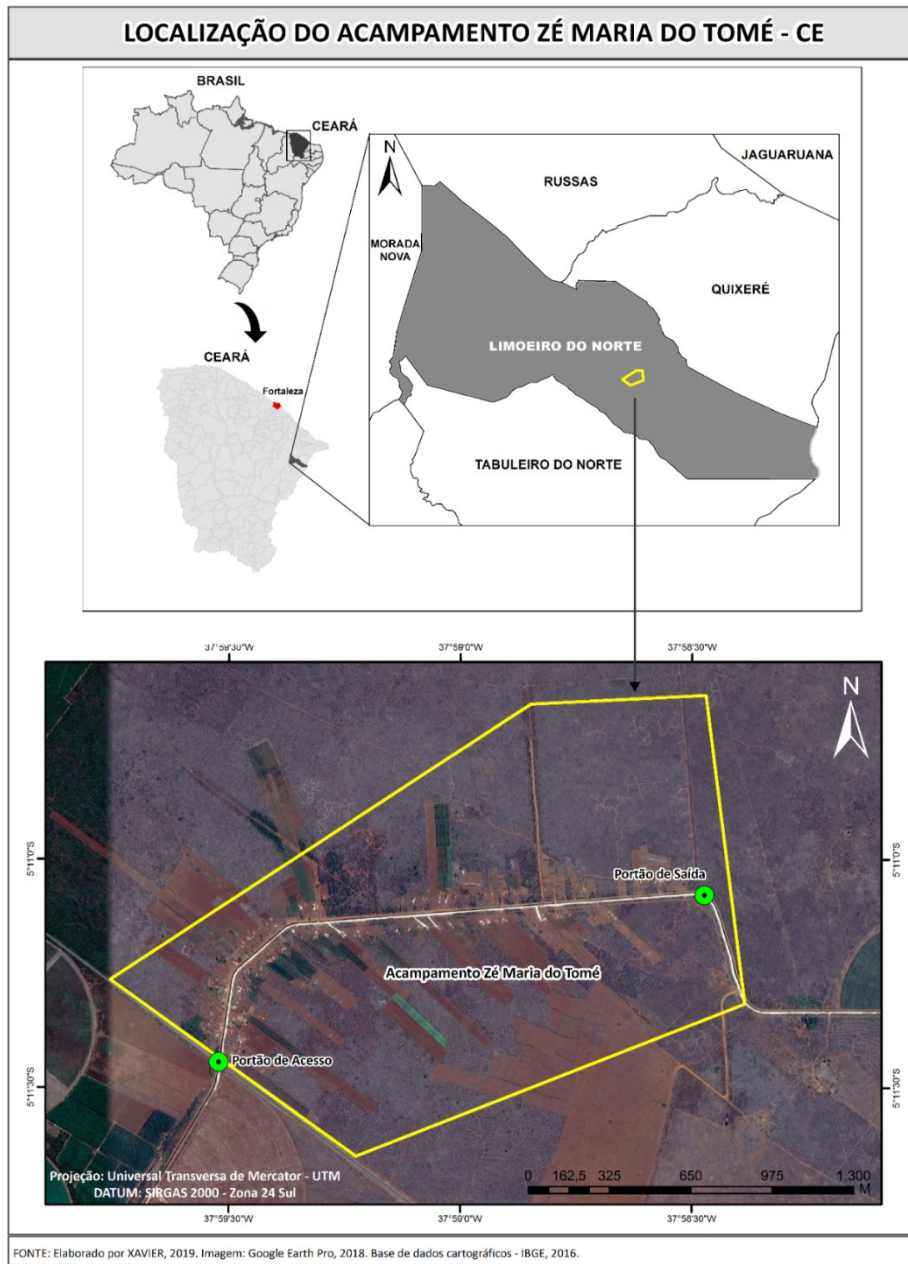
A partir da unidade dos movimentos sociais, das pastorais sociais, sindicais e demais segmentos da classe trabalhadora da Chapada do Apodi e adjacências, na madrugada do dia 05 de maio de 2014, a área da segunda etapa do PIJA, com cerca de 1700 hectares de terra, foi ocupada por camponeses(as) sem-terra. Contou-se com aproximadamente 1000 famílias vindas de várias localidades da Chapada do Apodi, Baixo Jaguaribe e outros municípios do estado do Ceará, mobilizadas pelo MST e outras entidades regionais, originando o Acampamento Zé Maria do Tomé, nome dado em memória do camponês que teve a vida ceifada por lutar contra as injustiças.

Esse território surgiu como forma de protesto contra as injustiças ambientais e vulnerabilidades contidas nos projetos de implantação da agricultura de grande porte, incluídas nas ideologias de um Estado, que, *a priori* destinou no plano a área do perímetro irrigado para trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas, que na verdade, ao final priorizou a instalação das médias e grandes empresas do ramo da fruticultura irrigada (BEZERRA, 2012).

Além desses fatores, considerou-se, no planejamento da ocupação, os impactos advindos da exclusão de todo um conjunto de trabalhadores(as) e camponeses(as) (BEZERRA, 2012), que habitavam a Chapada do Apodi, com a territorialização do capital

no local, resultando na impossibilidade de reprodução social dessas pessoas.

**Figura 01 – Mapa de localização do Acampamento Zé Maria do Tomé - CE**



Elaboração: Elaborado por Felipe Xavier, 2019.

A expulsão da mulher e do homem do campo, de seus territórios e, as consequências sociais disto, traz à tona o desejo de voltar a ter terra, o qual se consubstanciou em ações políticas, delimitadas pela consciência de que os latifundiários e grandes empresas tomaram conta desse território despojando os(as) verdadeiros(as) donos(as).

O Acampamento Zé Maria do Tomé é, logo, a materialização da luta pela terra contra os processos de expropriação, privatização da natureza e os impactos negativos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Trata-se de uma luta por um modo de vida que respeite o ambiente e os(as) trabalhadores(as) rurais. Segundo Silva e Freitas (2018), o Acampamento é também um lugar de retorno de proletários(as) à sua condição de camponeses(as) mostrando a luta contra a exploração do trabalho e o desejo da autonomia de trabalho e produção.

**Figura 02 – Faixa na entrada do Acampamento Zé Maria do Tomé, no dia da ocupação**



Fonte: CASSUNDÉ, 2018.

**Figura 03 – Primeira assembleia do Acampamento Zé Maria do Tomé**



Fonte: Arquivo Cáritas, 2014.

O Acampamento é formado por famílias oriundas das comunidades rurais dos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Aracati, além de abrigar famílias advindas de comunidades vizinhas do estado do Rio Grande do Norte. Observemos a resposta de um casal de acampados ao perguntarmos o porquê de eles terem ido para aquele território e a razão da ocupação.

*A gente veio porque a gente já trabalhava com a terra, já tinha né, até um espaço que era até arrendado, lá na Lagoinha. Era arrendada e a gente trabalhava lá. Só que na seca, lá foi a primeira região que secou foi lá na Lagoinha, aí a gente perdeu tudo e ficou sem nada. Aí quando aconteceu aqui, a gente correu pra cá também, só foi a gente saber da notícia (...) A ocupação aqui nessa área é porque essa área, a segunda etapa, era destinada para os pequenos e não tava sendo entregue. Acho que tava com bem 20 anos que ela tava assim já, o canal pronto e passando água lá pra empresa e os pequeno não tinha acesso. Por isso que o MST discutiu e ocupou (Entrevistada 01<sup>9</sup>, 36 anos, acampada desde 2014).*

*Porque aqui, aqui se chama a segunda etapa do projeto e existia um tanto de hectare que seria pro pequeno produtor e nunca saiu. Há 20 ano que tava pronto isso aqui nunca foi dado pra ninguém, entendeu? E eu que não sabia nem o que era movimento né, o movimento no que ele tinha conhecimento né, resolvemos ocupar. Eles passar um “orror” de tempo estudando pra poder ocupar né (...) Eu ouvi dizer que eles passaram bem dez anos estudando isso aqui pra poder ocupar né (Entrevistado 02, 50 anos, acampado desde 2014).*

Portanto, a partir das falas dos(as) entrevistados(as), percebe-se que o Acampamento Zé Maria do Tomé, tornou-se,

---

<sup>9</sup> Para respeitar o sigilo da identidade dos(as) entrevistados(as), optamos por não expor seus nomes.

assim, um território de luta, pensado pelos movimentos sociais e organizado em prol de objetivos comuns (lutar pela terra, pela água e pelo direito à vida).

Para compreendermos como os acampamentos se instituem ferramenta de luta e resistência, diante do modelo hegemônico de produção capitalista, é preciso compreender o conceito de acampamento, a partir dos princípios do MST. Segundo Rapchan, 1993 *apud* Turatti, 2005):

Para o MST, o acampamento é a situação transitória, emergencial do grupo e implica ações de arrecadação de alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios, busca de apoio logístico e político, mobilização da imprensa e da opinião pública, negociação com o Estado e com outros interessados com vistas a atingir o assentamento. Este, condição mais estável tanto política e econômica, quanto juridicamente (RAPCHAN, 1993, p. 30 *apud* TURATTI, 2005, p. 19).

Deste modo, o acampamento é uma fase de transitoriedade para a fixação em determinado território com o objetivo de: “Ocupar, Resistir e Produzir” – lema do MST. É por meio da compreensão da formação dos acampamentos, que verificamos que os acampados saem de um ambiente social para uma agregação social futura, caracterizada pela promessa de estabilidade em uma terra.

Podemos apreender o sentido de um acampamento, a partir do conceito de *communitas* – compreendidas a partir de duas dimensões liminares (igualdade e autonomia) (TURNER, 1974). Por isso, o acampamento é um dos momentos mais importantes na luta pela terra (FERNANDES, 1994). E o Acampamento Zé Maria do

Tomé é a materialização desse processo de luta na Chapada do Apodi.

O objetivo central de um acampamento é gerar um embate político com o Estado para que se possa ter atendido o direito à terra para aqueles(as) que estão despossuídos da mesma. Por ser um momento transitório, e as questões envolvendo a titularização da terra serem incertas, os(as) acampados(as) se colocam frente aos desafios das conflitualidades, principalmente, no que concerne à reintegração de posse do território.

A partir das entrevistas realizadas, junto aos(as) acampados(as), tivemos a oportunidade de compreender o processo da ocupação desde a fase inicial até o momento atual do acampamento. O Acampamento, inicialmente, abrigou barracos (feitos pelos(as) próprios(as) acampados(as)), improvisados com madeira e lona plástica (a madeira conseguia-se no próprio local, e a lona era trazida pelas pessoas interessadas na ocupação). Os barracos, construídos em fileiras, nas laterais do canal de irrigação, foram organizados por grupos de 13 famílias.

No início, cada um(a) era proprietário(a) de seus próprios utensílios domésticos (redes, colchões, talheres, copos, pratos), embora eles fossem constantemente emprestados a quem estivesse necessitando, configurando um momento de solidariedade entre os(as) acampados(as). Posteriormente, com o passar dos dias, muitas famílias acabaram voltando para seus locais de origem, pois não conseguiram adaptar-se à situação inicial precária do acampamento.

Os(as) acampados(as) foram organizando-se, mesmo em meio às desistências das pessoas. Mais tarde, deu-se a separação



em lotes, para facilitar a distribuição das famílias no Acampamento. Primeiramente as famílias foram organizadas por setores, compostos por famílias de diversas comunidades e de seus entornos (CASSUNDÉ, 2018). Em um segundo momento, viu-se a necessidade de agrupar as famílias conforme as afinidades e proximidades, até mesmo para facilitar a produção dos quintais produtivos.

Os(as) acampados(as), orientados(as) pelo MST, foram realizando reuniões, assembleias e diversos outros momentos de interação, formação e conscientização das realidades do Acampamento, levando em consideração os processos de deslocamento, de vivências, de decisões, perspectivas, dentre outros (CASSUNDÉ, 2018).

Após as famílias terem se organizado, cada grupo elegeu o seu coordenador (que é um(a) acampado(a) de uma das famílias). Como as famílias foram divididas por proximidade, a escolha tornou-se mais simples. A união desses(as) coordenadores(as), constituída para formar grupos, é denominada de “Núcleo de Base (NB)”, formado por uma mulher e um homem, a partir da consciência da paridade de gênero. Identificamos, juntamente com os(as) acampados(as), um total de 8 (oito) NBs, cada um com 13 famílias. O MST continua acompanhando o Acampamento, através da sua Brigada Zumbi dos Palmares (que atende ao Vale do Jaguaribe), a qual contribui na coordenação do território, organização política e assistência aos processos de luta.

**“O Acampamento é uma mistura de sonhos e dores, onde se luta para ter o que se quer”<sup>10</sup>: as resistências dos(as) acampados(as) face às ameaças de desocupação da terra**

O território de um acampamento, em sua maioria, é constituído por “[...] um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que [...] se engajaram em movimento cuja identidade comum é ser sem-terra, e cujo objetivo comum é a busca pela terra” (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 216). Nesse sentido, as práticas estabelecidas com a terra resultam em lutas pela apropriação, que vão estabelecendo múltiplas relações, que cria e recria a conexão com o campesinato. Guzmán e Molina (2013) destacam que:

[...] o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “campesinidade” (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 76).

O campesinato é uma parcela da classe trabalhadora do campo, que possui hábitos específicos, criados a partir de diferentes momentos da luta pela terra, em que “a classe camponesa que se reproduz no capitalismo é, diametralmente, oposta ao camponês servo. Sua (re)criação se faz, contraditoriamente, como uma relação não capitalista, na medida em que o capitalismo convive com sua

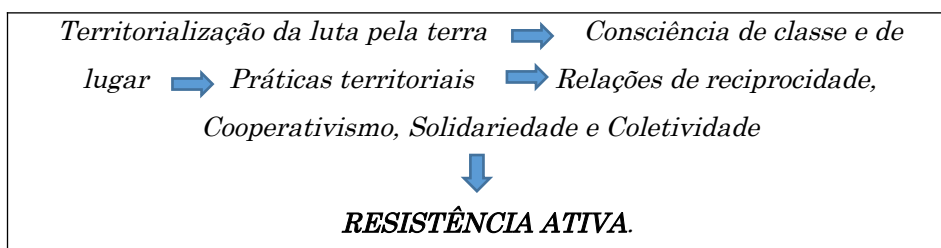
---

<sup>10</sup> Frase proferida por uma acampada, em entrevista que realizamos no Acampamento.

expansão” (CASSUNDÉ, 2018, p. 210). Enquanto classe, os(as) camponeses(as) expressam sua identidade a partir da produção, que se atrela aos processos de resistência, frente às conflitualidades.

No quadro 02, sintetizamos, em algumas palavras, os processos de territorialização da luta pela terra, que se vinculam com a reconstrução da consciência de classe dos(as) camponeses(as) do Acampamento Zé Maria do Tomé. Segundo Saquet (2017), a consciência de classe se concretiza na territorialidade ativa e nas práticas camponesas.

#### Quadro 02 – Síntese da territorialização da luta pela terra no Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: SAQUET (2017); Trabalhos de campo. Organização: Elaboração própria, 2019.

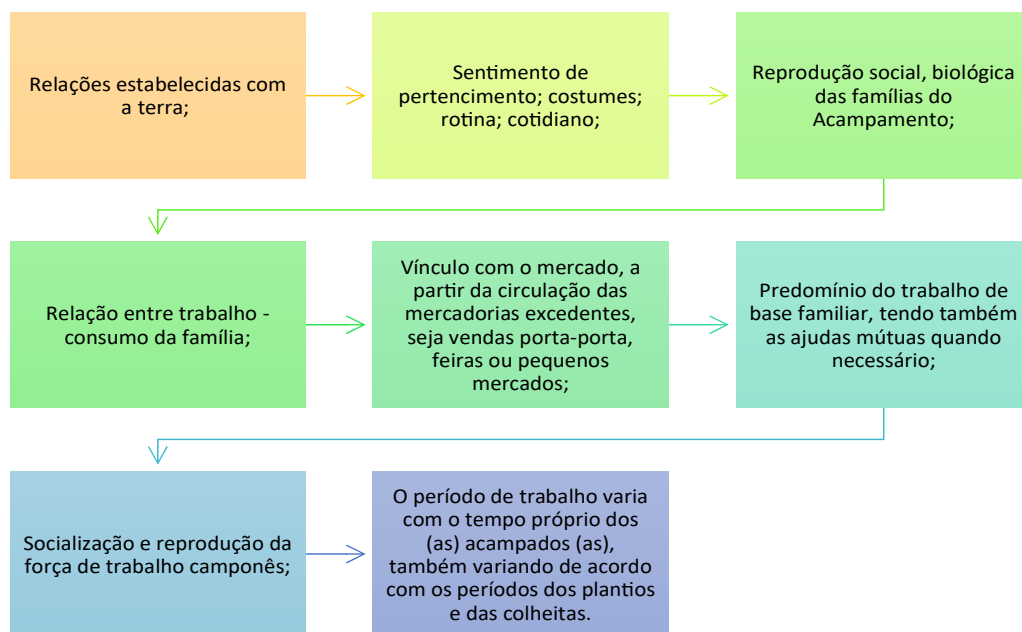
Uma das práticas que também se estabelecem na construção de um acampamento é o exercício da autonomia camponesa, pela qual a (re)criação do campesinato se vincula às práxis territoriais através da justiça social, da preservação da natureza, da recuperação de espaços que foram degradados pelo agronegócio e da valorização da cultura camponesa. Segundo Ploeg (2006):

[...] a condição camponesa é luta por autonomia, sobrevivência e progresso em um contexto hostil que é caracterizado por relações de dependência, privação e marginalização. Esta luta aspira a

criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada, que leva em conta formas de co-produção entre o homem e a natureza viva, que interage com o mercado, permitindo sobreviver e que positivamente realimenta, e fortalece, a base de recursos, assim melhorando o processo de co-produção e aumentando a autonomia requerida. A mesma luta geralmente implica também estar engajado em outras atividades para sustentar este ciclo (PLOEG, 2006, p.09).

No organograma 01, elaborado com base nas nossas experiências vividas nos trabalhos de campo, pode-se perceber como a autonomia camponesa reflete nas práticas espaciotemporais e pluridimensionais existentes no Acampamento Zé Maria do Tomé.

### Organograma 01 – Síntese das características da produção camponesa do Acampamento Zé Maria do Tomé



Organização: As autoras, 2019.

No Acampamento Zé Maria do Tomé, o processo organizacional familiar configura a “condição camponesa” a partir da autonomia do trabalho. Nessa perspectiva, criam-se formas para tal organização, como: a divisão do trabalho, a comercialização do excedente e o retorno para as famílias (obtenção de renda). As características, expostas nesse organograma, se mantêm não apenas no espaço coletivo do Acampamento, estando presentes também nos espaços individuais, por meio das relações de vizinhança e de reciprocidade que se criam e recriam, à medida que há o fortalecimento dos laços comunitários e a produção se integra na formação de tais vínculos.

É demonstrada a cooperação, a auto-organização, a ajuda mútua, compromissos e solidariedade efetivos nas práxis produtivas. Há uma reprodução de práticas e saberes no Acampamento, repassados de geração em geração, como foi possível perceber nas famílias em que os jovens participam e influenciam no processo produtivo dos quintais. Observa-se a continuidade de saberes coletivos, locais e populares, historicamente constituídos, e anteriores à formação do Acampamento. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 257):

Reconhecer e recuperar a memória biocultural da humanidade é uma tarefa essencial, necessária, urgente e obrigatória. Isso permitirá a visualização, a construção e a realização de uma modernidade alternativa, de uma modernidade que não destrua a tradição, mas que conviva, coopere e coevolua com ela (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 257).

Destaca-se que a prática da agricultura camponesa encontra uma série de dificuldades para se manter diante do modo de produção capitalista, em que os modelos produtivos seguem

padrões diferenciados daqueles modelos historicamente constituídos. Nos quintais do Acampamento vemos, empiricamente, o compartilhamento de saberes e a aplicação de conhecimentos do trabalho camponês.

A produção camponesa trata-se de um modelo que integra os(as) acampados(as), que participam efetivamente da produção coletiva, portanto, é um movimento contra hegemônico. Os(as) acampados(as) prezam pela produção em formato de policultura, diferentemente do que é padrão nas produções do agronegócio, que adotam a monocultura. Oliveira (1994, p. 50) entende a policultura como:

[...] baseada na produção da maioria dos produtos necessários à manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1994, p. 50).

A produção de alimentos dentro do Acampamento configura-se como oposição à produção de *commodities* realizada pelo agronegócio. O objetivo da luta pela terra, realizada pelas famílias acampadas, é transformar um território, antes dominado pelo agronegócio, em um território de vida, de trabalho familiar e produção de alimentos a partir da reforma agrária.

*Nois queremos criar nossos fios, nossos neto e a gente ter uma saúde melhor né, produzindo com produtos mais saudáveis né, sem veneno, fazendo a transição agroecológica né (...) Tem que se dar com muita resistência né, pra poder garantir o nosso pedaço de terra né, que nem a gente tá fazendo até hoje, a quase cinco anos (Entrevistado 03, 50 anos, acampado desde 2014).*

Ressalte-se que a produção dos alimentos, no Acampamento, fundamenta-se na utilização de insumos internos, produzidos no próprio local (como adubos, biofertilizantes líquidos e defensivos naturais), ou mesmo comprados em sítios próximos. As produções recebem todo o material orgânico que é proveniente das sobras de alimentos, folhas de árvores, que se decompõem ao longo do tempo, cinzas, esterco dentre outros. Todos esses insumos favorecem a ação de microrganismos vivos, melhorando a composição biológica, química e física do solo.

A produção agroecológica, nos quintais do Acampamento, contraria, pois, a forma de se produzir nos moldes capitalistas, amenizando os efeitos danosos do agronegócio à saúde da população nesse território (CASSUNDÉ, 2018). Por isso, as práticas de produção nos quintais produtivos perpetuam-se enquanto importantes elementos da cultura camponesa, além de configurarem a identidade do ser acampado(a).

**Figura 04 – Quintais produtivos do Acampamento Zé Maria do Tomé**



Fonte: Autoras, 2020.

O Acampamento possui uma rotina baseada no trabalho agrícola, no qual participam homens, mulheres, crianças e idosos, compartilhando de um cotidiano, baseado nas relações com a terra,

que cria identidade própria de “ser acampado(a)”. Considera-se, portanto, a unidade familiar camponesa do Acampamento como um instrumento de trabalho (e não de acumulação/reprodução do capital). Além das unidades familiares, temos as unidades coletivas, nas quais são produzidas culturas numa perspectiva comunitária.

Nos trabalhos de campo realizados, tivemos a oportunidade de visitar os quintais das famílias acampadas, onde pudemos constatar que a produção camponesa é bastante diversificada e organizada (OLIVEIRA, 1994). Cada família acampada tem um total de 2 (dois) hectares para produção<sup>11</sup>, onde se cultivam múltiplos produtos: frutíferas, hortaliças, leguminosas, sementes, tubérculos, tuberosas, medicinais e ornamentais, como podemos averiguar na tabela seguinte.

**Tabela 01 – Tipos de culturas e plantas ornamentais identificadas nos quintais do Acampamento Zé Maria do Tomé**

<u>Tipos de plantas</u>	<u>Culturas produzidas</u>
<u>Frutíferas</u>	Banana, limão, caju, manga, cajá, coco, acerola, graviola, laranja, cajarana, mamão, melão, seriguela, goiaba, tomate, tomate cereja maracujá, carambola, tamarindo, pitáia, melancia, fruta-pão, araticum, abacate, cana-de-açúcar
<u>Hortaliças, leguminosas, sementes e cereais</u>	Feijão, fava, milho, pimenta, pimentinha, pimenta-de-cheiro, jerimum, cheiro-verde, alface, pepino, berinjela, quiabo, maxixe, pimentão, coentro, vagem, urucum
<u>Tubérculos e tuberosas</u>	Batata inglesa, batata doce, beterraba, macaxeira, cenoura, cebola
	Boldo, romã, malvarisco, agrião, hortelã,

<sup>11</sup> Informação repassada pelo entrevistado 08 (60 anos, acampado desde 2014).



<u>Medicinais</u>	corama, gergelim, mastruz, erva doce, erva cidreira, manjeriço, capim santo, gengibre, babosa, aroeira, ora-pro-nóbis, colônia, insulina (videira), alecrim
<b>Tipos de plantas</b>	<b>Culturas produzidas</b>
<u>Ornamentais</u>	Girassol, samambaia, primavera, espada de São Jorge, cactos, gébera rosa, dracenas, alamandas, comigo-ninguém-pode, hortênsia
<b>Total</b>	<b>78 tipos de culturas produzidas no Acampamento Zé Maria do Tomé</b>

Fonte: Trabalhos de campo nos quintais do Acampamento Zé Maria do Tomé. Elaborado pelas autoras, 2019.

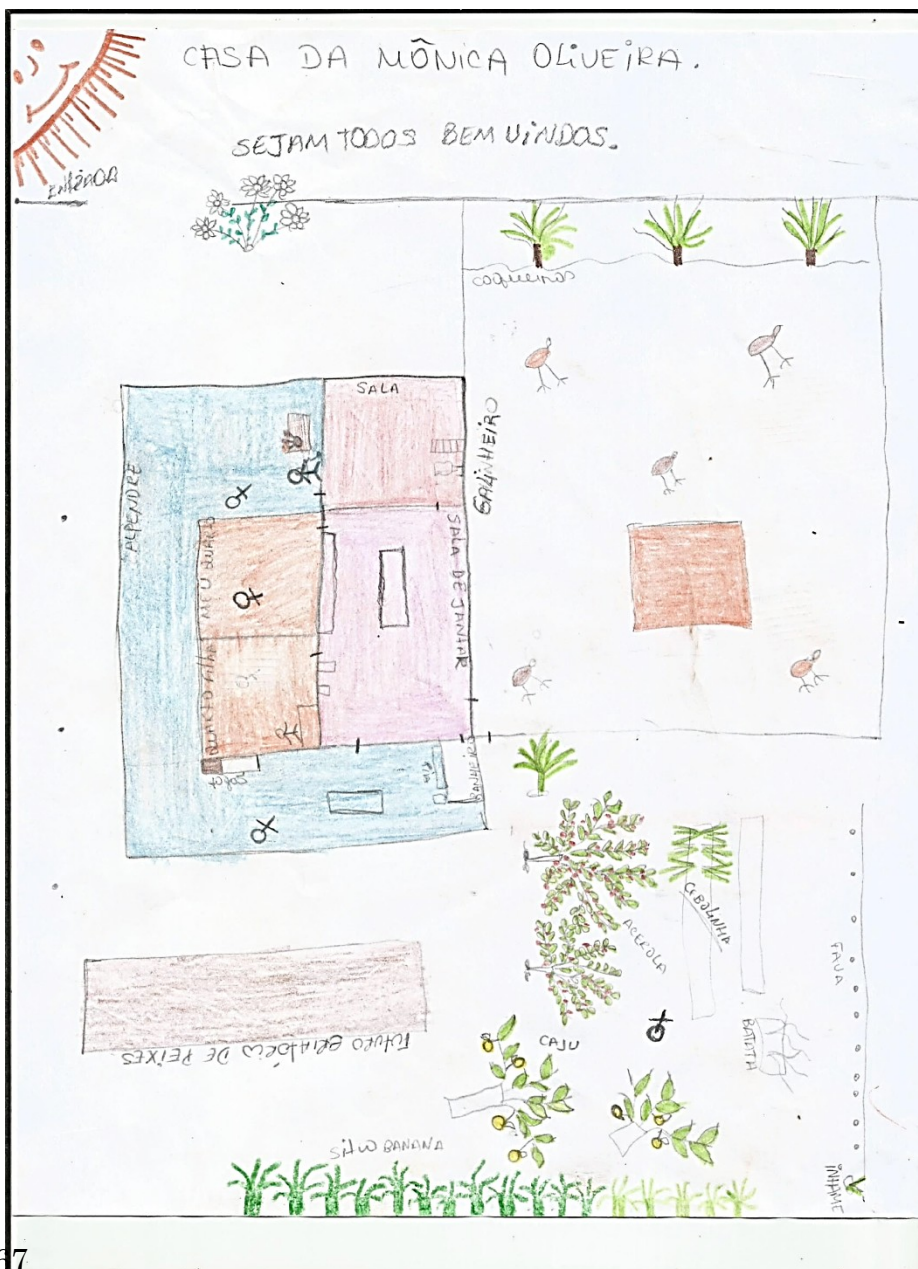
O Acampamento Zé Maria do Tomé é um território em disputa pois, além dos conflitos fundiários, as tensionalidades envolvem a água, a saúde, melhores condições de vida, etc., principalmente por ser um território com solo bastante fértil e pela disponibilidade de água no perímetro irrigado. Deste modo, entender como funciona o processo de luta pela terra no Acampamento Zé Maria do Tomé é apreender como vivem as pessoas desse território pesquisado, pois a luta perpassa por cada sujeito que o escolheu para seu local de moradia, trabalho e sobrevivência.

Através de uma oficina de mapas mentais<sup>12</sup> que realizamos com o “Grupo de Mulheres Mãos que Criam”, conseguimos captar, ainda melhor, a diversidade produtiva e sócio reprodutiva do Acampamento, a partir do olhar das mulheres camponesas sobre a organização espacial das suas casas e quintais. Nos quintais é produzida a maior parte dos alimentos consumidos no cotidiano

<sup>12</sup> O mapa mental é uma ferramenta de pesquisa, que visa representar, com detalhes, informações que foram solicitadas no momento da oficina.

familiar do Acampamento. Na figura 5, vemos em dos mapas desenhados por estas agricultoras.

Figura 05 – Mapa mental do quintal produtivo de uma família do Acampamento Zé Maria do Tomé (1)



Fonte: Camponesa do Acampamento Zé Maria do Tomé, 2018.

O que percebemos, quando fizemos imersões no Acampamento, foi a efetivação das territorialidades camponesas, que contribuem para a reprodução das famílias acampadas, em meio aos processos de conflitualidades. Cria-se uma pluridimensionalidade da autonomia, sintetizada pelas formas de produção-organização-práticas-mobilização-comercialização, pelas quais são criados laços identitários no processo de luta pela terra.

Verificamos que coexistem processos de cooperação, troca, enraizamento, mobilização, disputa territorial, principalmente, por conta de os sujeitos do Acampamento estarem em condição de despejo iminente<sup>13</sup>, pois “a força e a pressão dos agentes do capital podem colocar em risco o patrimônio cultural e territorial, bem como os sinais de autonomia ainda existentes na vida dos camponeses” (SAQUET, 2017, p. 208).

Ao indagarmos sobre as possibilidades de retirada das famílias desse território, todos(as) os(as) entrevistados(as) responderam que RESISTIRÃO até a vitória, pois é neste lugar que constroem suas práxis políticas contra os agentes do capital. As relações comunitárias estabelecidas no Acampamento são potências, que possuem valores culturais e políticos que ressignificam as formas de produção, luta e resistência, frente aos processos de desocupação de terras. O Acampamento segue resistindo, desde maio de 2014, e reúne atualmente 150 famílias que produzem frutas e verduras num processo de transição para a agroecologia, com foco no uso consciente dos recursos naturais e relação comunal com a terra.

---

<sup>13</sup> Hoje as famílias do Assentamento Zé Maria do Tomé possuem uma ordem contra elas de reintegração, de posse das terras que ocupam, ao Governo Federal.

## Considerações finais

Com a expansão do agronegócio, na Chapada do Apodi, muitos problemas foram desencadeados, dentre eles a expropriação de comunidades rurais. Este fenômeno, decorrente da territorialização do capital naquela região, promoveu a degradação da natureza e alterou as relações entre os sujeitos e seus territórios historicamente constituídos. O reducionismo desses modos de vida, por parte do capital e do Estado, desrespeitou as culturas tradicionais que buscavam estar em coevolução com o ambiente.

A pesquisa nos mostrou que vem ocorrendo, na Chapada do Apodi, não somente o controle da terra, mas também da água e do território, por parte das empresas do agronegócio e do Estado. Entretanto, apesar dos ataques do agronegócio, e da ausência de atuação por parte do Estado (ou da presença de uma atuação que privilegia a classe dominante), as comunidades rurais da Chapada do Apodi resistem e lutam por melhores condições de vida e contra o modelo hegemônico do agronegócio.

Diferentemente dos discursos que legitimam ações de (des)envolvimento do Estado, a atuação dos movimentos sociais e das comunidades camponesas vêm trabalhando em alternativas que não se associam com a forma hegemônica de produção capitalista. Tais movimentos ressignificam uma teia de relações de territorialidades, fortalecendo povos e comunidades tradicionais em contextos de lutas sociais no campo, e, nesse caso, lutam pela efetivação da reforma agrária e por projetos que preservem a natureza e fortaleçam a agricultura camponesa.

Diante de tantas conflitualidades imbricadas na busca pela terra, trazemos o território do Acampamento Zé Maria do Tomé, como forma materializada de luta e resistência, na Chapada do Apodi. Vemos, a partir desse estudo, a potência dos(as) camponeses(as) para se apropriarem dos espaços, usurpados anteriormente por grandes empresas do agronegócio. Para tanto, procuramos, com este artigo, evidenciar e dar visibilidade às resistências concretizadas no Acampamento Zé Maria do Tomé, frente às conflitualidades estabelecidas com o agronegócio e Estado. Assim sendo, partimos da territorialização da luta pela terra.

Os(as) acampados(as) têm vínculos e reconstroem a consciência de classe e de lugar, e isto só é possível através das formas de organização, das práxis, das mobilizações políticas, dos vínculos pessoais, familiares, sociais e culturais. São vários os processos que materializam as resistências dos movimentos sociais, orientando a luta contra os agentes do capital e do Estado que violam os direitos do povo camponês.

As lutas e as resistências camponesas no Acampamento Zé Maria do Tomé foram/são construídas histórica e socialmente, temporal e territorialmente, em defesa da terra, da alimentação, da saúde, da educação, da habitação e da vida. A construção de novas possibilidades, da (re)produção da agricultura camponesa de base familiar, se encontram a partir da implementação dos saberes e das técnicas locais (e ancestrais). Constatamos, pois, que as mulheres e os homens do Acampamento Zé Maria do Tomé estão seguindo para a construção de um paradigma contra hegemônico, formando um território articulado com as forças transformadoras que se relacionam com a consciência de classe e de lugar.

Deste modo, consideramos, de grande relevância, a análise constante da luta dos movimentos sociais rurais, no sentido de compreendermos as resistências camponesas frente às pressões da modernização capitalista no campo. Concluimos que são as variadas formas de resistências, apontadas neste artigo, que têm fortalecido camponeses e camponesas do Acampamento Zé Maria do Tomé. Essas asseguram que esses(as) sujeitos(as) mantenham acesos seus propósitos de vida e não continuem reféns de um sistema que se reproduz a fim de satisfazer, apenas, as necessidades de acumulação ampliada do capital no espaço geográfico.

## Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Perímetros públicos irrigados do Ceará**. Fortaleza, ADECE, 2011.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105016>>.

BORDA, Orlando Fals; BRANDÃO Carlos Rodrigues. **Investigación participativa**. Montevideo: Edições da Banda Oriental, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 06, p. 50-62, 2007.

**BRASIL DE FATO**. APÓS 12 ANOS, ÚLTIMO RÉU ACUSADO PELO ASSASSINATO DE ZÉ MARIA DO TOMÉ VAI A JÚRI

POPULAR. Limoeiro do Norte, 04 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/04/apos-12-anos-ultimo-reu-acusado-pelo-assassinato-de-ze-maria-do-tome-vai-a-juri-popular>>.

CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira. **Territorialização e resistência de “camponeses irrigantes” na Chapada do Apodi – Ceará**. 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 09-24.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 397f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios: teoria y disputas por el desarrollo rural. **Revista Novedades em Población**, Havana, n. 17, p. 116-133, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ines. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará.** 2010. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

FUNTOWIZCS, Silvio; RAVERTZ, Jerry. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 04, n. 02, p. 219-230, 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MARINHO, Alice Maria Correia Pequeno. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – Ce: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e meio ambiente.** 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1994, Águas de São Pedro. **Mesas redondas... Águas de São Pedro: UNESP.** p. 24-51.



PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo *et al.* Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.11, p. 3213-3222, 2013.

PROENÇA, Wander de Lara. Contribuições do método da observação participante para pesquisas no campo religioso brasileiro. Brasília: **Revista Antropos**, v. 02, p. 8-33, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUÉL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 93-126.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Dossiê Perímetros Irrigados**: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2012. Disponível em: <<http://dossieperimetrosirrigados.net/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A Pedagogia do Território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.

ROCHA, Mayara Melo Rocha. **Das águas que calam às águas que falam**: opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/CE. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora EDUSP, 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da.; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 495-536.

SOSA, Braulio Machín, *et al.* **Revolução agroecológica de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do estado do Ceará. **Revista de Geologia**, Fortaleza, v. 1, p. 73-91, 1988.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta:** identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

TURNER, Victor. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

Submetido em: 03 de fevereiro de 2023.

Devolvido para revisão em: 30 de março de 2023.

Aprovado em: 18 de abril de 2023.

LOPES, de Sousa, R.; DUTRA, dos Santos C. "Acampamento Zé Maria do Tomé, um Território de Resistência": territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2877>. Acesso em: 22 jul. 2023.